

A criminalidade foi apresentada como resultado da desigualdade social e seu aumento seria consequência do tráfico de entorpecentes. De acordo com o 8º BPM, 58% a 90% dos crimes violentos e letais estão ligados ao tráfico de drogas.

O presidente da FMIJ citou programas que beneficiam crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, como o Peti, Projovem, Pronatec; programas municipais, como Jovem Aprendiz; e a Lei do Primeiro Emprego.

O Procurador da República frisou que controle social em uma democracia é um dilema para as polícias, que é preciso dissociar pobreza de criminalidade e que todos precisam se unir para raciocinar uma estratégia específica para o tráfico de drogas.

- A pobreza não é geradora direta de criminalidade. As pessoas moram na cidade, não no estado ou no país. Tudo parece caminhar para que os municípios passem a ter a gestão plena da segurança. A assistência é fundamental nessa luta – disse o secretário da Família e Assistência Social, Geraldo Venâncio.

Ele destacou que Família e Assistência Social e Secretaria de Saúde desenvolvem, por exemplo, o GT Pop Rua, com o Consultório de Rua e que 10% da população serão retiradas, até 2016, da situação de risco, de áreas de risco, com o programa Morar Feliz.